

Artigo Original

Corpo discente em movimento: reivindicações estudantis na Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul (1957-1964)Leon Frederico Kaminski¹
Silvana Vilodre Goellner²¹ *Universidade Federal de Ouro Preto e Rede municipal de Ouro Preto, MG, Brasil*² *Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil*

Resumo: Esta pesquisa analisa a ação de estudantes da Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul entre os anos de 1957 e 1964. Tal recorte justifica-se por se caracterizar como um período de forte atuação, organização e articulação dos estudantes em termos locais e nacionais. Fundamentada na perspectiva teórico-metodológica da História Cultural foram analisadas fontes tais como atas, reportagens, depoimentos orais, bem como publicações dos estudantes. Como ferramenta metodológica foi utilizada a análise de conteúdo cujos documentos foram analisados em separado e, posteriormente, relacionados entre si. Desse entrecruzamento foram elaboradas unidades de significado que possibilitavam melhor compreender as ações empreendidas pelos estudantes no âmbito interno da ESEF bem como sua articulação com o movimento nacional. Destacamos, assim, a participação política dos estudantes em duas mobilizações que ocorreram no interior da Escola: o movimento reivindicatório de 1958 e o movimento pela sede própria.

Palavras-chave: Educação Física. Corpo discente. História cultural.

The student body in movement: student demands in the Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul [ESEF- College of Physical Education of Rio Grande do Sul] (1957-1964)

Abstract: This research analyzes student action at the *Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul*, between the years 1957 and 1964. Its focus is justified by the strong mobilization, organization and articulation of students at the national and local level during this period. Based on the theoretical and methodological perspective of Cultural History, we analyze sources such as meeting minutes, reports, oral testimonies and student publications. Our methodological tool is Content Analysis, in which we take an initial separate look at documents and then, at a latter moment, attempt to relate them to one another. From these interconnections we go on to elaborate units of signification which allow a better understanding of student actions within the internal environment of the ESEF, as well as their articulation within a national movement. We give salience to the political participation of students in two mobilizations that took place within the institution: the demand-centered movement of 1958 and the mobilization for a campus of its own.

Key Words: Physical education. Student body. Cultural history.

Introdução

A historiografia da Educação Física brasileira, desde os anos 80 do século XX, tem marcado sua produção acadêmica a partir de diferentes correntes epistemológicas introduzindo marcos teóricos, objetos e fontes que se afastaram da aceitação dos registros oficiais como os únicos, ou talvez, os mais aceitos como possíveis de narrar um tempo já transcorrido. Dentre as inúmeras fontes trazidas do esquecimento algumas ainda parecem estar a descoberto, como por exemplo, a memória do movimento discente cuja ação política influenciou a estruturação e consolidação deste campo acadêmico-profissional. Nessa direção destacam-se as pesquisas de [Melo](#) (1997) e [Castelani Filho](#) (1998), acerca da mobilização dos estudantes da Escola Nacional de

Educação Física e Desporto (Rio de Janeiro) e a de [Bushatsky](#) (2004) sobre o Centro Acadêmico Ruy Barbosa da Universidade de São Paulo. Além destes trabalhos, identificamos alguns textos escritos por autores vinculados ao Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF)¹, os quais foram veiculados em publicações organizadas pelo próprio Movimento cujo objetivo era narrar sua própria história ([FERREIRA](#), 1995; [PEREIRA](#), s/d).

Da análise desse material percebemos que muito do que é narrado refere-se, quase que

¹ Utilizaremos o termo Movimento Estudantil de Educação Física (com letras maiúsculas) e a sigla MEEF quando nos referirmos a este movimento em termos gerais, embora possa ser anacrônica sua utilização para o período estudado, devido ao peso do valor identitário que ele possui para os seus militantes.

exclusivamente às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e pouca menção se faz à ação discente em Escolas de Educação Física de outras cidades a exemplo de Recife, Vitória, Belo Horizonte e Porto Alegre, cuja existência data das décadas de 1930-1950.

Considerando esse cenário, esta pesquisa analisa a ação de estudantes da Escola de Educação Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul (ESEF)² entre os anos de 1957 e 1964. Tal recorte justifica-se por se caracterizar como um período de forte atuação, organização e articulação dos estudantes de Educação Física em termos locais e nacionais, simbolizado pela criação, em 1957, da União Nacional de Estudantes de Educação Física, entidade que foi dissolvida em 1964 em função do Golpe Militar.

Fundamentada na perspectiva teórico-metodológica da História Cultural ([CHARTIER](#), 2001; [PESAVENTO](#), 2003; [FALCON](#), 2002) foram analisadas diferentes fontes de pesquisa como, por exemplo, atas dos órgãos deliberativos da ESEF (Congregação e Conselho Técnico Administrativo), reportagens publicadas em jornais, fundamentalmente em “O Correio do Povo”, depoimentos orais³, bem como os Jornais “O Discóbulo” e “Olimpico”, ambos publicados pelos estudantes de Educação Física da ESEF-UFRGS.

No que respeita aos depoimentos, foram entrevistados, três ex-alunos da ESEF, que no período analisado estavam envolvidos com o Diretório Acadêmico da Escola. Esses depoimentos foram analisados consoante os pressupostos da História Oral⁴ utilizados, aqui, de forma híbrida ([MEIHY](#), 1998), ou seja, as fontes orais foram analisadas com a mesma importância e significação que os documentos escritos. Segundo [Delgado](#) “a relação história oral e pesquisa documental é bidirecional e complementar. Ambas fornecem simultaneamente subsídios e informações à

outra, tornando o processo de construção de fontes orais extremamente desafiante e rico” (2006, p.25).

Como ferramenta metodológica foi utilizada a análise de conteúdo cujos documentos foram analisados em separado e, posteriormente, relacionados entre si. Desse entrecruzamento entre as diferentes fontes de pesquisa foram elaboradas unidades de significado que possibilitavam melhor compreender as ações empreendidas pelos estudantes no âmbito interno da ESEF bem como sua articulação com o movimento nacional. Destacamos, assim, a participação política dos estudantes em duas mobilizações que ocorreram no interior da Escola: o movimento reivindicatório de 1958 e o movimento pela sede própria. Essas mobilizações e o que delas se narra colaboraram para compreendermos a dinâmica da ascensão do corpo discente à força política interna da ESEF bem como a projeção de alguns de seus líderes no cenário nacional, tanto da Educação Física quanto do movimento estudantil da área.

A Escola de Educação Física

No Rio Grande do Sul, com o intuito de suprir as metas da política educacional estabelecida pelo Estado Novo para o desenvolvimento da Educação Física brasileira, foi criado, em 1939, o Departamento Estadual de Educação Física (DEEF) do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando “dirigir, orientar e fiscalizar a prática de Educação Física nos estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares, nos institutos de ginástica e nas associações esportivas, além de formar pessoal técnico em Educação Física e esportes” ([MAZO](#), 2005, p.148).

Para diminuir a carência de profissionais especializados, o DEEF inaugurou, no dia 06 de maio de 1940, a Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul, composta por um corpo docente formado, quase que na sua totalidade, por militares e/ou médicos. Na década de 1950 a formação dos profissionais de Educação Física apresentava inúmeros problemas tais como: matrizes curriculares com pouca ênfase em disciplinas de cunho pedagógico, falta de estrutura das escolas de formação, cursos com duração diferenciada, entre outros. Essas deficiências foram apontadas em estudo realizado pela Divisão de Educação

² A ESEF manteve-se sob administração estadual até a sua federalização em 1969, passando então a fazer parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desta forma, no recorte temporal escolhido, a ESEF era um instituto isolado de ensino da alçada do governo do Estado.

³ A pesquisa integra o Projeto *Garimpendo Memórias: esporte, lazer, dança e educação física* aprovado pelo Comitê de Ética da UFRGS sob o número 2007710.

⁴ As entrevistas foram gravadas em fita cassete e, posteriormente, processadas seguindo as seguintes etapas: transcrição, conferência de fidelidade e copidesque. Os entrevistados assinaram termo de consentimento cedendo ao Centro de Memória do Esporte (ESEF-UFRGS) os direitos autorais das entrevistas.

Física do Ministério da Educação e Cultura no ano de 1958, segundo o qual:

A formação de professores de Educação Física no Brasil é a mais díspar que se possa imaginar. Na categoria licenciado, há professores que procedem dos mais variados cursos: três anos, dois e um ano de duração (...); cursos congêneres, e até sem curso foram favorecidos por lei de exceção. Os currículos das escolas de Educação Física, por sua vez, são falhos, não concorrendo para a formação pedagógica que se exige de um professor de Educação Física. A maioria dessas escolas, por outro lado, admite candidatos apenas com o curso ginasial, cujo cabedal de conhecimentos é insuficiente para que eles façam vantajosamente um curso superior ([BRASIL](#), 1958, p. 35).

Uma das ações dirigidas para minimizar essa situação foi a orientação tomada pelo Ministério da Educação (MEC) em aumentar a duração dos cursos de Educação Física de dois para três anos e exigir dos candidatos o curso secundário completo para ingressar nos cursos de formação. Essas medidas tinham o cunho de equiparar o curso superior de Educação Física ao de outras licenciaturas contribuindo para elevar o *status* da profissão (FARIA JÚNIOR, 1987).

No âmbito da ESEF essa recomendação entrou em vigor no ano de 1957, mesmo ano no qual os estudantes reorganizaram o Diretório Acadêmico (DA)⁵, conquistando, junto à direção da Escola, um espaço para sediar a entidade. Essa conquista conferiu um novo estatuto ao Diretório, os discentes realizavam assembléias com regularidade, lançaram um jornal denominado *Olimpico* e lutavam, junto com docentes e administradores pela fundação de uma sede própria visto que, até então, suas atividades da ESEF realizavam-se em diferentes locais na cidade de Porto Alegre ([OLÍMPICO](#), 1959a).

O aumento do período de formação, agregado à exigência dos alunos terem cursado o ensino secundário para ingressar na Escola, acabou por fortalecer as atividades desenvolvidas pelo DA. Segundo [Gutierrez](#) (2005), que ingressou na Escola em 1957 e foi membro do movimento estudantil, essas alterações proporcionaram a

entrada de alunos mais maduros e o aumento do tempo de permanência na Escola colaborou para que tivessem uma participação mais efetiva na entidade que, antes dessas modificações, possuía uma fraca atuação⁶.

Com o Diretório Acadêmico mais organizado, alguns tensionamentos começaram a acontecer entre os estudantes e a direção da Escola, o mais significativo deles, estava pautado na pouca representação que os alunos tinham dentro da instituição. Neste período, a legislação relativa à representação discente nos órgãos colegiados não era respeitada devido a interpretações ambíguas feitas pelos membros do Conselho Técnico Administrativo (CTA). Desde 1955 esse embate figurava nas reuniões, no entanto, apenas em 1958, a representação discente foi reconhecida, resultado das várias ações empreendidas pelos estudantes. Dentre as várias reivindicações dos estudantes, ganhou relevância a disputa travada com o então diretor, Frederico Guilherme Gaelzer, cujo desenrolar extrapolou o espaço interno e ganhou contornos públicos conferindo ao corpo discente uma força política significativa.

Frederico Guilherme Gaelzer, era professor de Educação Física e contava com muito prestígio no cenário gaúcho e fora dele. Iniciou sua gestão em 1955 onde permaneceu – segundo os documentos oficiais – até 24 de fevereiro de 1959. Além de ser um dos pioneiros da ESEF era considerado como o introdutor da recreação pública no Brasil em função de sua atuação junto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre desde o início da década de 1920 ([AMARAL](#), 2001; [FEIX](#) e [GOELLNER](#), 2008).

Cabe salientarmos que, embora existisse um domínio médico-militar no interior da ESEF, Gaelzer possuía formação em Educação Física. Entretanto, este fato não diminuiria o caráter autoritário presente em sua forma de administrar, conforme podemos apreender de um artigo que escreve para o *Olimpico*, no qual expunha sua visão de gerenciamento, segundo a qual, existiam dois métodos de liderança: comando ou dominação e liderança democrática.

A dominação é o processo de controle pelo qual uma pessoa, arregando-se autoridade à força e mediante acúmulo de poder (através de uma

⁵ Um ano após a criação da ESEF foi organizada a entidade representativa dos estudantes. O Diretório Acadêmico Paulo Hollerbach foi fundado, no dia 19 de abril de 1941, sendo denominado, inicialmente, de Centro Acadêmico dos Estudantes de Educação Física cujo órgão diretivo chamava-se Diretório Acadêmico dos Estudantes de Educação Física. Esse fato justifica as diferentes nomenclaturas encontradas nas fontes, mas para fins de uniformização do texto utilizaremos o termo Diretório Acadêmico (DA), exceto, nas citações diretas.

⁶ Essa mesma situação é apontada por [Melo](#) (1995) ao analisar o movimento estudantil da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

hierarquia de funcionários) regula as atividades de outras pessoas, no sentido de certos fins de sua própria escolha ([OLÍMPICO](#), 1957, p.03).

Nesse mesmo texto indica algumas pistas a respeito de seu posicionamento na direção da Escola frente à crise que se anunciava:

a liderança democrática, distinta do comando ou dominação, vem adquirindo, presentemente, cada vez mais importância como processo de controle social. Promete ser nitidamente, o método do futuro. Não se adapta, entretanto, à situações que exijam ação rápida, sendo relativamente ineficaz nas crises súbitas e inesperadas (idem, p. 4).

Esses excertos permitem identificar algumas das razões que levaram à eclosão do movimento reivindicatório de 1958 cujo ápice centralizou-se na exigência, por parte dos estudantes, da demissão do diretor. A pauta deste movimento era, prioritariamente, voltado para a reversão de algumas determinações feitas pela direção da escola e que, na visão dos alunos, prejudicavam o corpo discente e sua representação junto aos órgãos deliberativos - embora as demandas dos estudantes contivessem outras questões tais como a sede própria e a qualidade do ensino.

O corpo discente já demonstrava certo descontentamento com a administração da Escola, mas o ponto central da crise ocorreu quando o DA solicitou a Gaelzer um horário para a realização de uma assembléia e esta não foi autorizada. Em consequência da negativa, os estudantes, mesmo sabendo que receberiam faltas nas aulas durante o no horário da reunião, decidiram realizá-la à despeito da autorização da direção ([OLÍMPICO](#), 1958b). Nessa assembléia elegeram uma comissão para expor os problemas da Escola à Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional (SEFAE) do Estado do Rio Grande do Sul. Diante da desobediência estudantil, Frederico Gaelzer convocou uma reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo para o dia seguinte à assembléia na qual

comunica o estado de agitação entre os alunos que estavam convocando sessão de assembléia geral durante o período de aulas, uma patente demonstração de insubordinação, com ameaças de eclodir uma greve geral ([CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO](#), 1958b, p.3).

Em outubro de 1958, em plena crise, que durou de agosto à dezembro, o DA publicou no Olímpico (10/10/1958) a matéria "Nós e o Sr. Diretor" na qual expõe as causas da revolta: a) Horário para as reuniões e assembléias do DA; b)

participação de representantes discentes nas reuniões do Conselho Técnico Administrativo; c) repasse das verbas arrecadadas com as taxas de matrícula que legalmente pertenciam ao DA; d) Chamada: o Regimento Interno da Escola que dizia que os assuntos: chamada, ausência e presença eram da competência dos professores, estaria sendo atropelado pelo diretor que teria colocado uma funcionária para impedir o ingresso nas aulas de quem porventura chegasse atrasado e, também, ordenado que os professores dessem falta aos alunos que não estivessem presentes no momento da chamada; e) Alunos Enfermos: os alunos que se lesionassem ou ficassem doentes não podendo, assim, realizar todos os exercícios, mesmo com atestado médico e assistindo as aulas, ficavam com falta, conforme decisão do diretor; f) Dependências: alunos que teriam os seus horários de aula da dependência e da sua série ao mesmo tempo sendo obrigados em estar em dois lugares ao mesmo tempo; g) Freqüência: a direção teria modificado o cômputo da freqüência de anual para semestral, impedindo os alunos que obtivessem freqüência menor que 70% de presença de realizar as provas parciais; h) o Regimento Interno da Escola estava ultrapassado e deveria ser reformulado e atualizado com as novas leis e regulamentações ([OLÍMPICO](#), 1958b).

Em seu depoimento, Walter de Souza, então presidente do Diretório Acadêmico, enfatiza que o foco da crise era a qualidade do ensino na Escola. Contudo, não deixa de personificar, na figura do Diretor, a responsabilidade por esta deficiência:

Porque todas as matérias eram de uma qualificação um pouco antiga. Não havia uma evolução. Foi quando os estudantes começaram a sentir que a trava dessa não evolução tinha um nome: era o diretor, na época chamava-se Frederico, professor Frederico Guilherme Gaelzer ([SOUZA](#), 2004, p. 8).

A decisão da assembléia dos estudantes foi cumprida: em audiência com o Secretário de Educação, foi entregue um memorial no qual constavam as reivindicações dos acadêmicos. Essa atitude foi pauta de uma nova reunião do CTA, realizada no dia 08 de novembro e que resultou de uma resolução prescrita pelos conselheiros que dela tomaram parte. Conforme registrado:

a) julgar impertinente, agressivos e desrespeitosos os termos do memorial dirigido

ao ilustríssimo Sr. Diretor da Escola (...) c) julgar improcedentes as alegações constantes dos demais itens que lhe dão forma, por não expressarem a verdade dos fatos; (...) e) não tomar conhecimento, por atentatórias aos elementares princípios de disciplina, dos termos finais do aludido memorial ([CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO](#), 1958c, p. 2).

Os tensionamentos estavam colocados e as disputas de poder tornavam-se explícitas. Uma nova sessão do CTA foi convocada com o objetivo de procurar alternativas para minimizar as disputas em prol de um entendimento entre as partes. Na reunião não compareceu o diretor da Escola que alegou estar doente e, além dos conselheiros, fez-se presente um inspetor federal do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Na reunião os estudantes alcançariam algumas vitórias parciais que serviriam para solucionar alguns dos problemas imediatos referentes às dependências, aos cálculos de frequência, às chamadas, à representação discente e à formação de uma comissão para modificar o Regimento Interno. Entretanto, sob a pressão de conselheiros que ameaçavam se retirar da reunião, os estudantes tiveram que extrair da pauta o item relativo à demissão do diretor ([CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO](#), 1958d, p.5).

A crise extrapolava o âmbito da ESEF a ponto do inspetor do MEC, Romeu de Castro Jobim, manifestar-se em um dos principais jornais da cidade de Porto Alegre desqualificando, de certa forma, a mobilização realizadas pelos estudantes. Nas suas palavras:

Ser professor de Educação Física é um privilégio, que uma pequena minoria de alunos da Escola ainda não compreendeu, razão porque ainda criam certas animosidades, que só prejudicam a sua formação. Felizmente, repito, é uma minoria que não tem pendor para a nobre profissão ([CORREIO DO POVO](#), 12/12/1958, p.10).

Apesar de manifestações como estas, a crise não terminaria nesta reunião. Segundo Walter de Souza, os estudantes, em manchete de capa de um importante jornal da cidade, publicaram uma nota dando o prazo de 24 horas para que o Governador do Estado, Ildo Menegheti, demitisse Frederico Gaelzer. Na madrugada seguinte, o dirigente do DA seria convidado para uma entrevista com o Governador na qual teria sido solicitado ao estudante que apresentasse uma lista de três nomes que poderiam ser indicados para assumir a direção da ESEF.

Fomos acolhidos, felizmente, de madrugada... o Governador me chamou no Palácio e pediu que apresentássemos uma lista tríplice, para ser escolhido pelo Governador o futuro diretor, porque o antigo já seria demitido. E assim acontecendo, às nove horas da manhã chegou uma pessoa do Palácio do Governo com a carta de demissão do diretor e já mandando dar posse imediata a um dos professores que indicamos na lista tríplice, que foi o doutor Ruy Gaspar Martins ([SOUZA](#), 2005 p. 6).

Em função dessa conquista, apesar da greve ser recorrente neste período como uma ferramenta de contestação e reivindicação em diferentes setores da sociedade civil, inclusive no movimento estudantil ([ALBUQUERQUE](#), 1977), os esefianos não declararam estado de greve. Segundo Souza:

Greve propriamente não chegamos a entrar, vivíamos em eternas assembleias. Só ameaçamos, mas não chegamos a entrar em greve. Mas, como eu disse anteriormente, resolvemos seguir os canais competentes através do Secretário de Educação, do Governador e ver no que dava. Se não desse em nada, então, a gente, obviamente, se o Diretor não fosse demitido após aquele ultimato, obviamente, seguramente, que teríamos entrado em greve ([2005](#), p. 9).

Ainda que a posição dos estudantes tenha repercutido para além da própria ESEF, antes mesmo da exibição pública da crise, Gaelzer já havia anunciado a sua saída do cargo conforme registrado em reunião do CTA em junho de 1958: "comunicou a seguir o Senhor Diretor que já cumpriu o tempo regulamentar para que fora eleito, e que, na assunção do novo Secretário pedirá sua demissão" ([CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO](#), 1958a, p. 1). A menção ao novo Secretário refere-se à eleição ocorrida naquele ano que, em breve, elegeria o novo governador – Leonel Brizola – o que representaria trocas no secretariado estadual. Contudo, naquele momento (junho de 1958) não era claro quem seria eleito para assumir o governo do Estado, dessa forma, as relações políticas e de poder que definiriam a escolha do novo diretor da ESEF não estavam definidas.

Em consulta as atas do Conselho Técnico Administrativo da ESEF percebemos que muitas delas registravam que o mandato de Gaelzer estava por terminar, ou, como citada na ata acima, que o tempo de gestão já havia expirado. Como determinava a legislação do período, a sucessão seria definida através de uma votação realizada pela Congregação, na qual seria eleita uma lista tríplice ([CONGREGAÇÃO DA ESCOLA](#)

DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1958). Dela seria escolhido pelo governador, o professor Ruy Gaspar Martins, que assumiria a direção da ESEF em fevereiro de 1959.

Fica, porém, uma lacuna sobre as razões pelas quais o processo sucessório não foi realizado tão logo findou o tempo previsto de gestão, sendo que a instituição passava por uma crise interna que possuía como vetor a própria direção. Por outro lado, as fontes não indicam a utilização desse fato pelos estudantes em suas argumentações, o que pode demonstrar o seu desconhecimento.

Podemos constatar que, mesmo sem a pressão estudantil sobre o professor Gaelzer, ele não permaneceria na direção da Escola por muito tempo. Essa pressão só teria adiantado, talvez, para antecipar sua saída. Contudo, em relação às outras reivindicações, essa mobilização foi muito importante para sanar alguns daqueles problemas causados pela forma de agir da direção. Ela abriria as portas para que os estudantes que ingressaram posteriormente na Escola tivessem suas vozes ouvidas bem como garantida e legitimada, desde então, a representação discente no Conselho Técnico Administrativo da Escola.

Ao dialogarmos as diferentes fontes de pesquisa (depoimentos, registros oficiais, reportagens, entre outras) foi possível observarmos as contradições entre as diferentes versões narradas de um mesmo acontecimento: a oficial e a do grupo hegemonicamente inferior no equilíbrio do poder, a dos estudantes. Essas diferentes narrativas indicam a impossibilidade de tratar a história como a verdade sobre o que aconteceu um dia (PESAVENTO, 2003). Indicam, conforme [Bédarida](#) (1998), que a regra de ouro para todo o historiador digno desse nome seria a busca pela verdade, mesmo sabendo da impossibilidade de alcançá-la na sua completude.

Com essa afirmação estamos explicitando que, nesta pesquisa, não procuramos encontrar “a verdade” sobre a disputa entre estudantes e direção da ESEF durante o ano de 1958. O que tentamos apreender foi a tensão entre os diferentes setores da hierarquia que constituía a ESEF no período estudado, o que, de certo modo, apontou para o desgaste de um modelo autoritário de gestão. Outrossim, evidenciou o quanto a mobilização discente se fez visível,

repercutindo em ações que não seriam efetivadas se não houvesse tamanho investimento como, por exemplo, questões de funcionamento das atividades da Escola e, sobretudo, a conquista de uma cadeira em um órgão decisório da instituição. Em função dessas conquistas, os discentes da ESEF perspectivaram outras reivindicações.

A luta pela sede própria

Outro movimento capitaneado pelos estudantes e que emergiu como recorrente nas fontes consultadas centrou-se na campanha pela edificação de uma sede própria para a ESEF. Vale dizer que esta era uma reivindicação da comunidade esefiana desde a sua fundação. No entanto, como veremos, a conquista desta sede resultou, também, da intensa participação e mobilização dos estudantes em prol de sua efetivação.

Da sua criação até a estruturação da ambicionada sede própria, no ano de 1963, a ESEF peregrinou por inúmeros clubes, associações e instituições militares⁷. Desde o ano de 1956, portanto, no período aqui analisado, a Escola funcionava, administrativamente, junto ao prédio da Associação Cristã de Moços. As aulas teóricas e práticas ocorriam em diferentes locais da cidade, provocando o constante deslocamento dos alunos entre as aulas causando desconfortos e atritos entre os estudantes e os professores. Mario [Cassel](#) (2005), membro do Diretório Acadêmico no ano de 1963, narra parte desse cotidiano:

nós vivíamos como verdadeiros ciganos atrás das aulas da Escola, e muitas vezes, não éramos compreendidos pelos professores que estavam nos recebendo naquele local distante, porque nos cobravam o horário; o horário do início das aulas, que era uma coisa absurda ([CASSEL](#), 2005, p. 5).

Na década de 50, o governo do Estado cedeu à Escola, um terreno no bairro Jardim Botânico ([BRAUNER](#), 2000; [MAZO](#), 2005), no entanto, a construção das instalações não se deu de modo imediato. A falta de verbas era uma das causas apontadas para tamanha demora, o que se constituía como pauta permanente nas páginas das duas publicações produzidas pelos estudantes: *Olimpico* e *O Discóbulo*.

⁷ Sobre esse tema ler [MAZO](#) (2005). *Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969)*.

Em 1958, após visita às obras da sede, os dirigentes do Diretório relatam: “Lá não encontramos nenhum operário e nenhum material de construção! (...) Até o momento apenas encontramos dois retângulos de tijolos, demarcando o local sobre o qual se erguerão dois pavilhões!” (OLÍMPICO, 1958a, p. 8). Segundo Cassel (2005), já havia sido construído o ginásio, o prédio administrativo estava abandonado e depredado e o terreno que o cercava era um matagal. As condições precárias da sede, mesmo depois da mudança, mantiveram-se assim durante a gestão de Ruy Gaspar Martins (1959-1964) e de três diretores interinos que assumiram a Escola até a nomeação do médico Hélio Barcelos Ferreira (1965-1970), a saber: o médico Arno Tschiedel, o coronel Jacintho Francisco Targa e o médico Ney Serres Rodrigues (MAZO, 2005).

Os eternos adiamentos da mudança para a sede própria criavam um clima de incerteza diante das inúmeras promessas de transferência, conforme questionam os estudantes no seu jornal de divulgação: “A mudança para a Escola nova será efetuada realmente ou haverá adiantamento como sempre?” (O DISCÓBULO, 1963. p. 1).

Para Mário Cassel (2005) o DA, cansado de tantas prorrogações, convocou, em 1963, uma assembléia. Nela, os estudantes decidiram entrar em ação, pressionando a direção da Escola para que as aulas do segundo semestre acontecessem nas precárias instalações da sede própria. Assim, depois do recesso de julho, os alunos, ao invés de se deslocarem para o prédio da Associação Cristã de Moços, dirigiram-se para as dependências do Jardim Botânico. Lá realizaram uma chamada paralela à dos professores que estavam dando sua aula em outros locais. Além disso, empreenderam vários protestos, inclusive em frente do prédio da ACM. Essa mobilização, que contava com a adesão de grande parte do corpo discente, se prolongaria por uns vinte dias até que a direção decidiu pela transferência das atividades para a sede própria. Assim, relata Cassel (2005), devido à situação de abandono das instalações, os alunos concentraram seus esforços para colocar a sede em condições de ser utilizada e, em uma ação conjunta, cortaram o mato, pintaram as quadras, entre outras ações em prol da melhoria da infraestrutura mínima para o desenvolvimento das atividades.

Este episódio evidenciou, ainda, o quanto a mobilização do corpo discente foi importante na construção da ESEF/UFRGS. A preocupação com a estrutura para a realização das aulas esteve presente durante todo o período pesquisado e os estudantes, conscientes desse problema, buscaram estratégia de reivindicação e de colaboração para a estruturação da nova sede. Vale lembrar que essa demanda persistiu por vinte e três anos (1940-1963) e concretizou-se não só pela ação dos estudantes ainda que por ela eles tenham efetivamente se mobilizado.

A UNEEF e a convergência dos problemas da Educação Física nacional

Os dois movimentos até aqui analisados (a substituição do Diretor da ESEF, em 1958, e a conquista pela sede própria, em 1963) guardam muitas semelhanças com a greve realizada pelos estudantes da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil nos anos de 1956 e 1957 como, por exemplo, o desgaste do modelo disciplinar rígido adotado pelos seus diretores. Outra semelhança foi a preocupação com a falta de infra-estrutura das escolas e, neste ponto, soma-se, ainda, a ação do Centro Acadêmico Ruy Barbosa (CARB)⁸ em São Paulo.

Ainda que cada um desses movimentos tenha suas especificidades e reivindicações, há certa convergência que recai na própria crise do ensino superior de Educação Física no Brasil e que foi reconhecida pelo próprio Departamento de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura quando reconhece as escolas apresentavam infra-estrutura inadequadas, currículos deficientes, desgaste dos modelos pedagógicos, distância existente entre a Educação Física e demais cursos de Licenciatura, entre outros (BRASIL, 1958).

Por certo que não podemos generalizar conclusões a partir de narrativas tão diversas e distintas, ainda mais, quando outras análises sobre o movimento de estudantes de Educação Física no Brasil são tão escassas. Aqui temos claros os limites das análises o que não implica afirmar sua impropriedade.

⁸ No ano de 1958, em encontro com o governador de São Paulo, Jânio Quadros, membros do CARB solicitam a cobertura do ginásio do Ibirapuera, local de suas aulas, e a integração da Escola de Educação Física ao Instituto de Ensino Isolado Superior (IEIS). As reivindicações seriam atendidas e efetuadas pelo governador naquele mesmo ano (MASSUCATO e BARBANTI, 1999)

Da mesma forma que as deficiências das três escolas mencionadas apontavam para um panorama mais amplo, as reivindicações dos seus estudantes convergiriam forças para um movimento nacional que buscava debater e levantar propostas para superar este quadro. No congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), realizado entre os dias 28 de julho a 03 de agosto de 1957, em Nova Friburgo (RJ), foi fundada a União Nacional de Estudantes de Educação Física (UNEED)⁹. A sua primeira diretoria foi composta por Vinicius Ruas, da ENEFD, como presidente (SILVA, 2004), e como 1º vice-presidente, Enis Reis Gil, aluno da ESEF/UFRGS ([OLÍMPICO](#), 1957).

Dos cinco Congressos Nacionais de Estudantes de Educação Física (CNEEF) ocorridos no período analisado, encontramos documentação referente a apenas três deles: o primeiro, realizado no Rio de Janeiro (1957), o segundo (1959) e o quinto (1963), realizado em Porto Alegre¹⁰. O 2º CNEEF, programado para ocorrer em 1958 na capital gaúcha ([OLÍMPICO](#), 1958a), teve adiamento para o ano seguinte devido à crise que ocorria ESEF e a recusa, por parte da Direção da Escola, em permitir a utilização das suas dependências para a realização do evento ([SOUZA](#), 2005).

As consultas a documentos as fontes possibilitaram apreender que cada escola possuía sua realidade e suas dificuldades, no entanto, nestes encontros se sobrepunha o debate sobre questões afetas ao movimento nacional de estudantes e suas reivindicações. As preocupações, grosso modo, traduziam-se em pontos comuns e foram transformadas em objetivos de ação. As pautas dos três congressos estavam centradas em torno de dois temas básicos: a) a estrutura das escolas (sedes próprias e incorporação às universidades¹¹); b)

atualização e reforma no ensino de Educação Física.

O assunto mais debatido nestes congressos, indubitavelmente, estava focado na reforma e atualização do ensino superior de Educação Física. No primeiro deles, realizado no Rio de Janeiro em 1957, “uma das resoluções dos congressistas foi a de encetar um trabalho de âmbito nacional, objetivando a elevação do nível do ensino nas Escolas de Educação Física” ([CASTELLANI FILHO](#), 1988, p. 159).

Com as mudanças oriundas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024/61), promulgada em 1961, que instituiu a obrigatoriedade da Educação Física nos níveis primário e médio, os estudantes da ESEF mantinham uma posição crítica à base curricular vigente na formação dos futuros professores, fortemente marcada pelo viés militar. Em função desse posicionamento, deram início a uma campanha de atualização no ensino de Educação Física (O [DISCÓBULO](#), 1963).

Com o objetivo de contribuir e, também, influenciar na formação profissional, apresentaram sugestões de alterações curriculares ao CTA da Escola. No entanto, estas não tiveram ressonância conforme registra a ata datada de 13 de abril de 1960 na qual se lê:

Em resposta a modificações no currículo: as alterações procedidas foram conseqüentes [d]as novas normas legais. Fica, aqui, esclarecido que o “currículo escolar” em suas diferentes facetas, é de alçada do C. T. A., não cabendo, portanto, as ponderações do Sr. Presidente do Diretório Acadêmico, culpando a ESEF pelo pouco preparo dos egressos da Escola, principalmente em se considerando o pouco preparo que, em sua maioria, trazem dificultando, portanto, o trabalho dos professores ([CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO](#), 1960, p. 3).

Outro tema que causava grande insatisfação nos congressos era a equiparação entre os diferentes cursos de Educação Física. No 2º CNEEF “tratou-se ainda do caso da equiparação dos monitores e instrutores de Educação Física, formados pela EsEFEx, com os professores formados pelas Escolas Superiores (barbaridade!)” ([OLÍMPICO](#), 1959b, p.1). Na mesma edição do jornal, comentando uma portaria que estabelecia cursos de Educação Física com duração de um mês, os estudantes questionam: “querer solucionar o problema da

⁹ Os documentos que citam esta entidade são escassos. Entre os anos de 1960 e 1962 não encontramos nenhuma referência. No primeiro momento (1957-1959) ela é apresentada como União Nacional dos Estudantes de Educação Física, posteriormente (1963) ela é denominada de Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física. Entretanto, ela não deve ser confundida com a atual Executiva (ExNEEF) que foi fundada na década de 1990. Essa lacuna representa, também, a própria carência de documentação do Diretório Acadêmico da ESEF para o interregno 1960-1962.

¹⁰ Quanto ao 6º CNEEF (1964), programado para acontecer em Goiânia, acreditamos que ele não veio a ser realizado em razão do golpe militar.

¹¹ Cabe salientar que, mesmo a ENEFD já possuindo sede própria e integrante da Universidade do Brasil (atual UFRJ), possuía também problemas de estrutura, demonstrado no fato de que na greve de 1956 esta pauta estava incluída. A

ENEFD fazia também campanha pela incorporação das escolas às universidades ([MELO](#), 1997).

educação física com o Projeto e a Portaria mencionados, é o mesmo que querer acabar com o analfabetismo no Brasil criando uma lei que declare serem alfabetizados todos os analfabetos do País” (*ibidem*).

Esses dois exemplos evidenciam a integração dos gaúchos no movimento nacional de estudantes de Educação Física. Além de terem sediado dois dos seus congressos nacionais, identificamos sua participação na primeira diretoria da UNEEF bem como em congressos organizados pela UNE. Nesta entidade defendiam as especificidades da Educação Física sem perder de vista sua importância em comparação com os demais cursos de formação de professores. Em edição do *Olímpico* de 25 de agosto de 1958 encontramos o seguinte registro:

A nota destacada para os alunos da Educação Física é a que se refere à apresentação em plenário da posição e definição da Educação Física entre as demais disciplinas do ensino superior. Este tema foi exposto e aprovado por unanimidade no XXI Congresso da UNE ([OLÍMPICO](#), 1958a, p.01).

A efetiva participação dos estudantes da ESEF frente ao movimento nacional fomentou as ações das duas instâncias: a local e a nacional. No entanto, diante do cenário político que se avizinhava, tal mobilização sofreria um duro golpe.

Em 1964, com a instauração do regime militar, o movimento estudantil foi perseguido e como consequência imediata, se deu a desarticulação da União Nacional de Estudantes de Educação Física. A repressão ao movimento estudantil durante a ditadura militar se fez notória na ESEF/UFRGS. Segundo [Cassel](#) (2005), nos dias seguintes ao Golpe Militar, os estudantes encontraram o Diretório arrombado tendo sido roubados vários de seus equipamentos e materiais. Para apurar o caso a direção da ESEF criou uma Comissão de Sindicância formada por três alunos ligados ao Serviço Militar, dois da Brigada Militar e um do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Em decorrência dessa sindicância, os membros do Diretório foram obrigados a pagar o valor referente a todo o material que desapareceu. Além disso, tiveram seus mandatos na entidade caçados e, a partir de então, sua direção seria assumida pelos estudantes militares que compunham a comissão sindicante.

Nacionalmente, a UNEEF se desarticulou em função da repressão, conforme observamos nos depoimentos de Mário [Cassel](#) (2005) e de Vinicius Ruas da Silva (2004). Ainda assim, [Bushatsky](#) (2004) revela a realização, em São Paulo, de um Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física organizado pelo CARB no ano de 1967. O encontro que inicialmente teria como finalidade definir a sede dos IV Jogos Universitários Brasileiros dos Estudantes de Educação Física (JUBEEF) acabou tendo outros contornos. Sua pauta foi ampliada promovendo vários debates sobre o exercício profissional e o ensino nas Escolas de Educação Física. Esse fato demonstra que a capacidade crítica e os assuntos que incomodavam os estudantes ainda permaneciam vivos, apesar da intensa repressão.¹²

Na ESEF houve, também, um esmorecimento da ação estudantil, fruto dos anos vividos sob a égide da Ditadura Militar. Aliás, foi nesse período que a ESEF foi federalizada (21 de novembro de 1969) passando a integrar Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em função disso, teve de se adequar aos preceitos da Lei 5540/68, conhecida como a Reforma Universitária que promoveu uma série de alterações no ensino superior como, por exemplo, o ingresso através de vestibular, o sistema de créditos, a departamentalização da universidade, entre outras¹³. No contexto específico da ESEF/UFRGS, “o rompimento das unidades de turma, decorrentes da inclusão do sistema departamental e de créditos, contribuiu para a desmobilização das organizações estudantis” ([NUNES](#) e MOLINA NETO, 2005, p. 172).

Enfim, diante de tal contexto, a mobilização dos estudantes de Educação Física da ESEF arrefeceu, o que não significa, sua extinção.

Considerações finais

Cientes de que a história é uma narrativa sobre o passado buscamos, nesta pesquisa, dar visibilidade às ações de um grupo específico de sujeitos: os estudantes de educação Física da ESEF/UFRGS. Em nenhum momento tivemos a

¹² A rearticulação definitiva do MEEF aconteceria somente em 1980 com a realização, em Salvador, do 1º Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEFF). Este evento é realizado anualmente e encaminha-se para a 30ª edição. O 29º ENEFF ocorreu em 2008 na cidade de Porto Alegre, sediado pela ESEF-UFRGS.

intenção de contar a história da ESEF ou, ainda, do movimento estudantil mas, sobretudo, narrar alguns fragmentos da memória desta instituição.

Para tanto, buscamos dar visibilidade ao seu corpo discente, na certeza de que várias das ações por ele empreendidas motivaram alterações no cotidiano da Escola. Nossa intenção não foi de construir uma visão idealizada do passado e do movimento estudantil; tivemos o intuito de apresentar esse movimento como um grupo que fazia uma leitura crítica sobre as deficiências e os limites da área durante o período analisado. Por meio de suas lutas podemos lançar um olhar mais amplo sobre o processo de constituição da Educação Física em nosso país, pois as suas reivindicações demonstram as dificuldades estruturais que a Escola possuía, mas não só isso: evidenciam, ainda, o desgaste do modelo pedagógico fortemente militar que orientava a formação de professores da época, o que demandava a necessidade de reformulações curriculares.

Ampliando a escala de observação, vemos que essas deficiências não eram exclusivas da ESEF, elas eram parte integrante de um quadro mais geral da Educação Física brasileira. Diante deste panorama, os estudantes buscaram contribuir para as mudanças que achavam necessárias, através dos debates e de ações realizadas em nível local e nacional. Ações estas permeadas por conflitos e resistências o que conferiu ao período estudado a percepção da existência de um movimento pleno de tensões, provocado, fundamentalmente, pelas deficiências e pela falta de diálogo entre os setores dirigentes – limitados pelos métodos pedagógicos e pela falta de financiamento – e a classe estudantil inconformada.

Referências

ALBUQUERQUE, J. A. G. Movimento estudantil e classe média no Brasil. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org). **Classes Médias e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 117-144.

AMARAL, S. C. F. Espaços e Vivências Públicas de Lazer em Porto Alegre: consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, vol. 23, n. 1, p. 109-121, 2001. Disponível em <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php?journal=RBC&page=article&op=view&path%5B%5D=326>.

¹³ Sobre esse tema ler NUNES e MOLINA NETO (2005), *O processo de federalização da ESEF/UFRGS sob a perspectiva dos professores: o estudo de um caso*

[nal=RBC&page=article&op=view&path%5B%5D=326](http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php?journal=RBC&page=article&op=view&path%5B%5D=326). Acesso em: 13 mai. 2009

BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.219-229.

BRASIL. Ministério da Educação. Divisão de Educação Física. **Educação Física no Brasil – 1851-1957**. Rio de Janeiro, 1958

BRAUNER, V. L. P. Formação de Professores desde uma Perspectiva Histórica: a formação pedagógica e a relação teoria-prática. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, LAZER E DANÇA, 2000, Porto Alegre. **Anais e resumos**. Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2000. p. 504-508

BUSHATSKY, M. **Escola de Educação Física e Esportes da USP: 70 anos**. Rio de Janeiro, 2004. p. 97-117.

CASSEL, M. C. **Depoimento de Mário César Cassel ao Centro de Memória do Esporte**. Porto Alegre: CEME/ESEF/UFRGS, 2005.

CASTELANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.

CHARTIER, R. Textos, Impressão, Leitura. In: HUNT, L. (Org.) **A Nova História Cultural**. 2ª. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

DELGADO, L. de A. N. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Ata nº 69**. Porto Alegre, 13/12/1958.

CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO. **Ata nº 290**. Escola de Educação Física. Porto Alegre, 28 de junho. 1958a.

CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO. **Ata nº 292**. Escola de Educação Física. Porto Alegre, 27 de agosto. 1958b.

CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO. **Ata nº 293**. Escola de Educação Física. Porto Alegre, 08 de novembro. 1958c.

CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO. **Ata nº 294**. Escola de Educação Física. Porto Alegre, 13 de junho. 1958d.

CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO. **Ata nº 306**. Escola de Educação Física. Porto Alegre, 13 de abril . 1960.

FALCON, F. J. **História Cultural: Uma visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro. Campos, 2002.

FEIX, E. e GOELLNER, S. V. O florescimento dos espaços públicos de lazer e de recreação em Porto Alegre e o protagonismo de Frederico Guilherme Gaelzer. **Licere**, Belo Horizonte, vol. 11, n.º 3, dezembro 2008, pp. 23-31. Disponível em:

http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV11N03_a2.pdf. Acesso em: 25 jul.2009.

FERREIRA, M. G. Movimento estudantil de educação física: em busca de raízes históricas. Uma breve reflexão. In: ExNEEF. **Movimento Estudantil: história e perspectivas - Caderno de Debates**. Pelotas: ExNEEF, 1995, p. 11-36.

GÄELZER, F. G. Métodos de Liderança. **Olímpico**. Porto Alegre: CAEEF, n. 2, ano 01, set. 1957, p.03.

GUTIERREZ, W. **Depoimento de Washington Gutierrez ao Centro de Memória do Esporte**. Porto Alegre: CEME/ESEF/UFRGS, 2005.

MASSUCATO, J.G.; BARBANTI, V. J. Histórico da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. In: **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, v.13, p.7-12, dez/1999.

MAZO, J. Z. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969). **Movimento**. Porto Alegre: ESEF-UFRGS. vol. 11, n. 01 , p. 143-163, 2005. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2857/1471>. Acesso em: 22 mar. 2009.

MEIHY, J.C.S B **Manual de História Oral**. 2ª Edição. São Paulo: Loyola, 1998.

MELO, V. A. A greve dos estudantes de 57 e a educação física brasileira. In: ExNEEF. **Movimento Estudantil: história e perspectivas - Caderno de Debates**. Pelotas: ExNEEF, 1995, p. 41-48.

MELO, V. A. O movimento estudantil na educação física brasileira: construção, atuação e contribuições na Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Movimento**. Porto Alegre: ESEF-UFRGS. vol. 4, n.7, 1997, p.9-19. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2363>. Acesso em: 20 mar. 2009

NUNES, C. F. T. e MOLINA NETO, V. O processo de federalização da ESEF/UFRGS sob a perspectiva dos professores: um estudo de caso. **Movimento**, Porto Alegre, vol. 11, n. 2, pp.

167-190, mai/ago 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2865>. Acesso em 22 mar. 2009

O DISCÓBULO. Porto Alegre: DAEEF, n. 1, jun. 1963.

OLÍMPICO. Porto Alegre: CAEEF, n. 2, ano 1, set. 1957.

OLÍMPICO. Porto Alegre: CAEEF, n. 1, ano 2, 25 de agosto. 1958a.

OLÍMPICO. Porto Alegre: CAEEF, n. 2, ano 2, 10 de outubro. 1958b.

OLÍMPICO. Porto Alegre: CAEEF, n. 1, ano 3, 1º de setembro. 1959a.

OLÍMPICO. Porto Alegre: CAEEF, n. 2, ano 3, 19 de outubro. 1959b.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEREIRA, M. C. História do MEEF: uma construção do dia a dia. In: ExNEEF **Caderno de textos do Movimento Estudantil de Educação Física**. Campinas: ExNEEF – gestão 2001/2002, s/d.

SOUZA, W. F. de. **Depoimento de Walter Frederico de Souza ao Centro de Memória do Esporte I**. Porto Alegre: CEME/ESEF/UFRGS, 2004.

SOUZA, W. F. de. **Depoimento de Walter Frederico de Souza ao Centro de Memória do Esporte II**. Porto Alegre: CEME/ESEF/UFRGS, 2005.

Endereço:
Silvana Vilodre Goellner
Rua Felizardo, 750 Jardim Botânico
Porto Alegre RS Brasil
90690-200
Telefone: (51) 3308.5836
e-mail: goellner@terra.com.br

Recebido em: 10 de dezembro de 2009.

Aceito em: 22 de julho de 2010.



Motriz. Revista de Educação Física. UNESP, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1980-6574 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)